

DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*



**ESTUDANDO DIREITO
COM RAPHAEL SPYERE**

**Raphael
Spyere**
Concursos Públicos

WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR



@PROF.RAPHAELSPYERE



Resolução de questões – FGV:

- Regime Jurídico Administrativo;
- Organização da Administração;
- Responsabilidade Civil Estatal;
- Poderes da Administração.

C 1. (FGV/CFC/2025) Avalie se os princípios da Administração Pública incluem: CF, Art 37.

I. a legalidade; ✓

II. a moralidade; ✓

~~III. a livre concorrência;~~

IV. a publicidade. ✓

Legalidade
Impessoalidade
Hierarquia
Publicidade
Eficiência

São de fato princípios da Administração Pública os itens

A) I e II, apenas.

B) II, III e IV, apenas.

C) I, II e IV, apenas.

D) I, II, III e IV.

2. (FGV/TRT 24/2025) As certidões e os autos de arrematação, adjudicação, reintegração e imissão devem refletir os princípios da fé pública, da objetividade, da completeza e da impessoalidade. Assinale a opção que apresenta **corretamente** a aplicação do princípio de **impessoalidade**.

- ☒ A) Garante que os atos administrativos sejam personalizados conforme o entendimento do servidor responsável pela sua emissão, desde que haja fundamentação técnica. IMPUTAÇÃO A PJ.
- ☒ B) Permite a promoção pessoal de autoridades públicas, desde que vinculada a ações administrativas relevantes. CF, ART 37, § 1º. C/C L. 8429/92, ART. 11, XII.
- ☒ C) Limita-se, nas certidões e autos, à linguagem utilizada, não influenciando o conteúdo ou os efeitos do ato. DESVIO DE PODER.
- ☒ D) Determina que os atos administrativos não devem visar beneficiar ou prejudicar pessoas específicas, devendo ser atribuídos à entidade pública e não ao agente individual. ✓
- ☒ E) Impede que a Administração Pública utilize modelos padronizados de certidões e autos, pois isso compromete a análise individualizada de cada caso.

Organização da adm.

3. (FGV/ENAM/2025) A organização administrativa do Estado é tema afeto à distribuição de competências entre seus órgãos e entidades. Essa distribuição pode ser instrumentalizada por técnicas que estabelecem diferentes tipos de relações entre eles. A partir dessas noções, relacione os conceitos jurídicos listados a seguir aos respectivos exemplos práticos.

1. Descentralização X Desconcentração X Vinculação (controle ou tutela) 4. Subordinação (hierarquia)
- [Pessoas x Pessoas] { ~~adm~~ } ADM Direta → ADM Indireta { Órgãos / Agentes }

3) O Governador do Estado X decide exonerar o Presidente de uma autarquia pelo descumprimento das metas de desempenho acordadas para o período avaliativo encerrado. — SUPERVISÃO / CONTROLE: FISCALÍSTICO.

2) Um Ministério Z, visando à melhor organização interna institui, sem aumento de despesa, uma coordenadoria para o planejamento operacional de contratações públicas, subordinada à Diretoria de Administração e Finanças.

ATO ORDINATÓRIO.

4) A [Presidente] do Detran do Estado X determina que a Diretoria de Sistemas de Tecnologia da Informação realize uma auditoria nas bases de dados da autarquia após a ocorrência de um incidente de segurança com dados pessoais.

1) O Município X institui uma autarquia para atuar no ordenamento urbano, na fiscalização das posturas municipais, bem como na proteção de bens, de serviços e das instalações municipais.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

A) $3 - 2 - 4 - 1$.

~~B) $2 - 4 - 3 - 1$.~~

C) $3 - 2 - 1 - 4$.

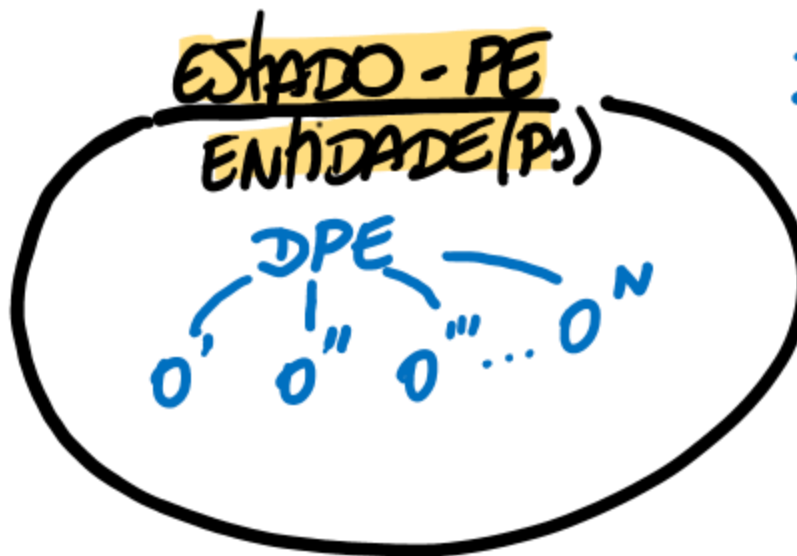
~~D) $4 - 3 - 2 - 1$.~~

~~E) $3 - 4 - 2 - 1$.~~

organização da administração

C 4. (FGV/DPE RO/2025) A criação de novos órgãos internos dentro da Defensoria Pública Estadual com o objetivo de estruturar núcleos especializados em direitos humanos, defesa da mulher, atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, defesa criminal, entre outros, representa um processo conhecido como

- A) concentração.
- B) centralização.
- C) desconcentração.**
- D) descentralização.
- E) concessão.



DESCONCENTRAÇÃO

PS

5. (FGV/DPE RO/2025) Entre as entidades da estrutura da Administração Pública, aquela que é instituída por lei específica, possui personalidade jurídica de direito público e goza de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, sendo responsável pela execução de atividades típicas do Estado, é denominada

CF, ART 37, XIX c/c D. L. 200/67, Arts 4º e 5º, I.

~~A) Empresa Pública.~~ DIR. PRIVADO

AUTARQUIA.

B) Autarquia.

~~C) Órgão.~~ → não é entidade!

~~D) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.~~ - OSCIP > para autarquia

~~E) Entidade de Apoio.~~ > para autarquia → 3º Setor.

6. (FGV/DPE RO/2025) Joana, residente e domiciliada em Porto Velho, é titular de um cargo em comissão no âmbito da empresa pública estadual XYZ. Durante uma conversa com colegas de trabalho, Joana defendeu a criação de novas empresas públicas, de forma a ampliar as atividades prestadas pelo Estado de Rondônia. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

F) A empresa pública estadual XYZ, integrante da Administração Indireta, é uma pessoa jurídica de direito público. x

F) A empresa pública estadual XYZ é uma manifestação da desconcentração administrativa. X X

V) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- ~~X~~) V - V - V.
- ~~X~~) V - V - F.
- ~~X~~) F - V - F.
- ~~X~~) V - F - V.
- E**) F - F - V.

ADM. INDIRETA.
DESC. UNIDADE
PJ = ENTIDADE

EMP. PÚBLICA
- CRIADAS POR
LEI ESPECÍFICA.

EMP. PRIVADA
- AUTORIZADAS
POR LEI
ESPECÍFICA.

A
FP

FP
EP
SEM

NÃO se exige registro
JUNTA COMERCIAL
em algum depende de registro.
REGISTRO PÚBL. DE P.J.

CF, ART 37, XIX
e L. 13303/16,
ART. 3º.

7. (FGV/DPE RO/2025) Os novos servidores da Defensoria Pública do Estado de Rondônia participaram de uma palestra, na sede da referida instituição, com o objetivo de melhor conhecerem a Administração Pública local. Desta forma, durante a exposição, os servidores foram informados sobre a existência de uma Secretaria Estadual e de uma autarquia, ambas destinadas a tutelar os indivíduos vulneráveis e hipossuficientes econômicos. Nesse cenário hipotético, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a

- ☒ A) Secretaria Estadual, integrante da Administração Pública Indireta, é fruto da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia, integrante da Administração Pública Direta, é uma manifestação da desconcentração administrativa. *MINISTÉRIOS = órgãos*
- ☐ B) Secretaria Estadual, integrante da Administração Pública Direta, é fruto da desconcentração administrativa. Lado outro, a autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, é uma manifestação da descentralização administrativa. *Direta*
- ☒ C) Secretaria Estadual, integrante da Administração Pública Direta, é fruto da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, é uma manifestação da desconcentração administrativa. *desconcentração*
- ☒ D) Secretaria Estadual e a autarquia integrantes da Administração Pública Direta, são fruto da desconcentração administrativa. *Indireta*
- ☒ E) Secretaria Estadual e a autarquia integrantes da Administração Pública Indireta, são fruto da descentralização administrativa. *descentralização*

3. (FGV/MPU/2025) XYZ é uma entidade sem fins lucrativos, criada em virtude de **autorização legislativa**, para o desenvolvimento de atividades que **não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público**, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelo seu órgão de direção e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes. A relação jurídica mantida entre a XYZ e seus prestadores de serviço é regida pela **Consolidação das Leis do Trabalho**. Além disso, XYZ **adquiriu personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas**. É correto afirmar que XYZ é uma:

- ☒ A) empresa pública;
- ☒ B) fundação pública de direito público;
- ☒ C) autarquia;
- ☒ D) fundação pública de direito privado;
- ☒ E) sociedade de economia mista.

DL. 200/67, Art. 5º, IV.

Responsabilidade Civil Estatal

9. (FGV/MPU/2025) João e José, fiscais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) autarquia federal em regular diligência no interior da unidade de conservação Alfa, pilotavam um drone para verificar a ocorrência de dano ambiental quando, por acidente, provocaram a queda indevida do equipamento, causando danos materiais à cidadã Maria, que caminhava regularmente pela região, em área permitida. No caso em tela, Maria deve manejar ação indenizatória em face:

* CF, Art 37, §6º:

↳ PJ → RESP. OBJETIVA = INDEPENDENTE DE DANO / CULPA.

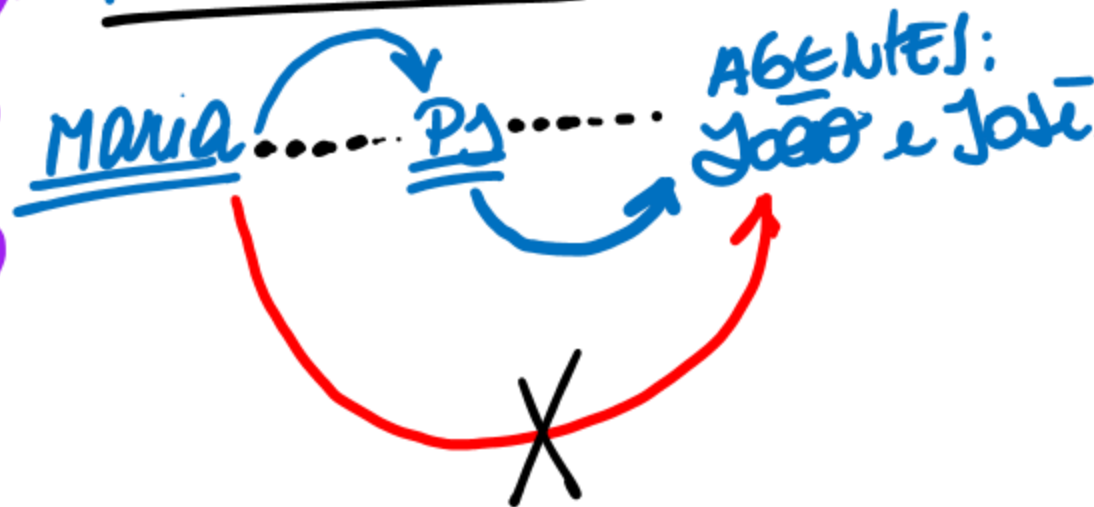
↳ DIREITO DE REGRESSO:

CONTRA O [AGENTE]

(DANO / culpa) → RESP. SUBJETIVA



* RE 1024 633/SP:



- ~~A~~ da União, pois os agentes que causaram o dano são servidores públicos de autarquia federal, com base na responsabilidade civil objetiva, sendo dispensada a comprovação de dolo ou culpa de João e José;
- ~~B~~ do ICMBio, pois os agentes que causaram o dano são servidores públicos de autarquia federal, com base na responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação de dolo ou culpa de João e José;
- ~~C~~ de João e José, pois foram os responsáveis diretos pelo dano causado, não podendo a União ou o ICMBio ser diretamente responsabilizados, mas sim subsidiariamente, pelo princípio da supremacia do interesse público;
- ~~D~~ da União, pois os agentes responsáveis pelo dano são servidores públicos de autarquia federal, com base no poder hierárquico exercido pela União sobre a autarquia;
- E do ICMBio, pois os agentes que causaram o dano são servidores públicos de autarquia federal, com base na responsabilidade civil objetiva, sendo dispensada a comprovação de dolo ou culpa de João e José.

~~E~~ OBJETIVA.

10. (FGV/PC MG/2025) Maria residia em uma comunidade carente e, em um domingo, ao sair para ir à padaria, foi baleada na porta de sua casa. Na ocasião estava havendo uma operação da polícia para combater o tráfico de drogas na região. No caso em tela, a respeito da responsabilidade civil do Estado, de acordo com o entendimento do STF, assinale a afirmativa correta.

* RE 1385315/RJ

L TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO - PJ = R OBJETIVA.

- Admite-se excludente e atenuante

AFASTAM
A RESP ✓

ex.: culpa
excludente
de força

(projétil disparado
pelos DELINQUENTES)

REDUZEM
A RESP ✓

ex.: culpa
concomitante

ESTADO:
ÔNUS.

- (A) O Estado responderá civilmente com base na teoria do risco integral. ADMINISTRATIVO
- (B) A demonstração da presença de excludentes de responsabilidade civil é ônus probatório dos parentes de Maria.
- (C) Haverá responsabilidade civil do Estado somente se restar comprovado que os agentes policiais agiram com dolo ou culpa. OBJETIVA
- (D) A perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal durante operações policiais e militares é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado.
- (E) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, em caso de perícia inconclusiva sobre a origem do disparo fatal, nos termos da teoria do risco administrativo.

11. (FGV/DPE RO/2025) Caio, servidor público no Estado Alfa, estava, embriagado, na condução de um veículo automotor oficial, pertencente ao referido ente federativo, encaminhando-se à repartição pública em que trabalha, ocasião em que, por imprudência e negligência, avançou um sinal vermelho, atropelando um transeunte. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

~~F~~ A responsabilidade civil do Estado Alfa, no caso narrado, tem natureza subjetiva, sendo desnecessário comprovar o dolo ou a culpa do servidor público. ✓

~~F~~ Caio, na qualidade de servidor público, responderá objetivamente pelos danos que causou ao particular. X SUBJETIVA

~~F~~ Por se tratar de responsabilidade civil imputável ao Estado Alfa à luz da teoria do risco integral, não se admite a alegação de excludentes do nexo de causalidade entre a conduta e o dano causado ao particular. X OBJETIVA

As afirmativas são, respectivamente,

A) F - F - F.

~~B) V - F - V.~~

~~C) F - V - F.~~

~~D) V - V - F.~~

~~E) V - V - V.~~

ADMINISTRATIVA

12. (FGV/MPE RJ/2025) Diante das inúmeras reclamações formuladas por usuários e não usuários, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro resolveu apurar se a **concessionária Alfa**, prestadora de serviço público, está prestando um adequado serviço público à sociedade fluminense. Nesse contexto, representantes do Ministério Público, do governo estadual e da entidade contratada se reuniram, debatendo, inclusive, sobre eventual responsabilização civil da contratada em caso de **danos causados a usuários e não usuários**. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento jurisprudencial dominante, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

(V) A responsabilidade civil da concessionária Alfa, prestadora de serviço público, tem natureza objetiva, prescindindo-se da comprovação do dolo ou da culpa.

(F) À luz da teoria do risco integral, o Estado do Rio de Janeiro responderá solidariamente com a concessionária Alfa pelos danos causados aos usuários.

(F) Não se pode responsabilizar, subjetiva ou objetivamente, a concessionária Alfa por danos causados a não usuários.

[ESTADO - RJ]

↳ PJ DIR. PÚB.
(R. OBJETIVA - 2.º)
↳ SUBSIDIÁRIA.

[CONCESSÃO]

↳ PJ DIR. PÚB.
↳ SERVIÇO PÚBLICO
(R. OBJETIVA - 1.º)

[FÉRELOS]

↳ USUÁRIO
↳ NÃO USUÁRIO } RE 591814

As afirmativas são, respectivamente,

A) ~~V - V - V.~~

~~B) F - V - F.~~

~~C) F - F - V.~~

D) V - F - F.

~~E) F - F - F.~~

Poderes Administrativos

13. (FGV/PC MG/2025) Assinale a opção que apresenta uma manifestação do poder de polícia.

A) A edição de atos administrativos gerais para fiel execução das leis.

P. regulamentar

B) A punição de agentes públicos que cometeram infração funcional.

P. disciplinar

C) A aplicação de multa contratual à empresa contratada pela administração.

|||

D) A fiscalização dos hospitais particulares por órgãos da vigilância sanitária.

+ saneamento

E) A edição, pelo Presidente do Tribunal de Justiça no exercício de sua função atípica, de atos administrativos que deverão ser observados pelos servidores subordinados.

P. hierárquico

14. (FGV/MINC/2024) O Congresso Nacional, após a observância das formalidades legais, aprovou um determinado projeto de lei de interesse do setor cultural do país. Em assim sendo, o Presidente da República sancionou, promulgou e publicou a legislação. Em seguida, o Chefe do Poder Executivo em âmbito federal editou um decreto com o objetivo de garantir a fiel execução da lei que foi aprovada pelo Poder Legislativo. Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o Chefe do Poder Executivo agiu de forma *CF, Art 84, IV*

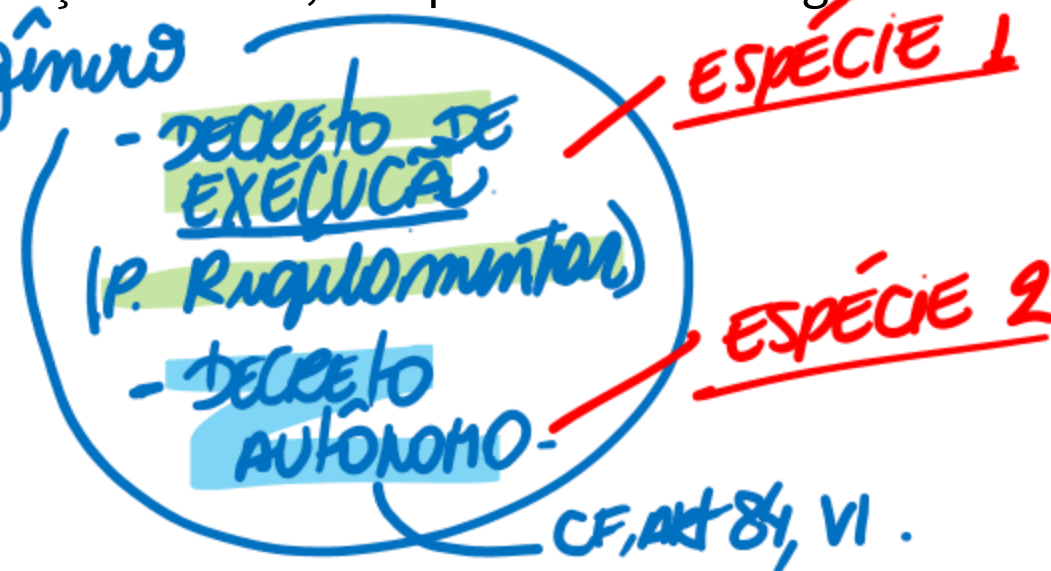
A) inválida, pois ele somente poderia ter editado o decreto, para garantir a fiel execução da legislação, caso o Poder Legislativo não o fizesse, permanecesse omissa por prazo juridicamente relevante.

B) inválida, pois a edição de decretos, para garantir a fiel execução das leis, compete ao Poder Legislativo.

C) válida, sendo uma manifestação do poder normativo *gênero*

D) válida, sendo uma manifestação do poder disciplinar.

E) válida, sendo uma manifestação do poder de polícia.



1



B)

8



~~E)~~

Vínculo funcional

Vínculo específico = Particular
L
L
ato

16. (FGV/Prefeitura de Niterói RJ/2024) O Estado Ômega, atendendo à prioridade absoluta das crianças e adolescentes, editou lei instituindo a Política Estadual de Prevenção, Enfrentamento das Violências, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Em tal lei constou norma dispondo que “O Chefe do Poder Executivo regulamentará a matéria no âmbito da Administração Pública Estadual no prazo de 90 dias”. Sobre a norma destacada, em tema de poder administrativo normativo e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- ☒ A) É objeto de interpretação conforme a Constituição e pode ser compelido a desempenhar atividades normativas que lhe são inerentes, mas é necessária prévia declaração de mora pelo Tribunal de Contas.
- ☒ B) É constitucional, pois replica em nível estadual o mesmo tratamento conferido pela legislação federal, que faculta ao Legislador estabelecer prazo de noventa dias para exercício do poder-dever regulamentar.
- ☒ C) É inconstitucional, pois o chefe do Poder Executivo somente pode ser compelido a desempenhar atividades normativas que lhe são inerentes, após ser declarada sua mora pelos Poderes Legislativo ou Judiciário.
- ☒ D) É inconstitucional, pois compete ao chefe do Poder Executivo examinar a conveniência e a oportunidade para desempenho das atividades normativas que lhe são inerentes, devendo ser observada a separação dos poderes. CF, Art 2º
- ☒ E) É objeto de interpretação conforme a Constituição, pois o chefe do Poder Executivo pode ser compelido a desempenhar atividades normativas que lhe são inerentes, mas deve ser observado o prazo de um ano para edição do ato.

B 17. (FGV/TJ RR/2024) Considere as seguintes manifestações da Administração Pública.

- I. Aplicação de multa em decorrência de um contrato administrativo regularmente firmado, após o devido processo administrativo.

P. Disciplinar.

- II. Concessão de uma licença mediante o preenchimento dos respectivos requisitos.

P. de Polícia.

- III. Avocação temporária de competência nos termos da lei.

P. Hierárquica.

L. 9784/99, Art 15

Assinale a opção que indica a correta correlação com os respectivos poderes:

- A) I. poder regulamentar; II. poder disciplinar; III. poder de polícia.
- ☒ B) I. poder disciplinar; II. poder de polícia; III. poder hierárquico.
- C) I. poder de polícia; II. poder hierárquico; III. poder disciplinar.
- D) I. poder hierárquico; II. poder regulamentar; III. poder disciplinar.
- E) I. poder de polícia; II. poder hierárquico; III. poder regulamentar.

18. (FGV/DPE RO/2025) João, proprietário de um pequeno restaurante, que funciona como a única fonte de renda de sua família, compareceu à sede da Defensoria Pública no Município Alfa, no interior do Estado de Rondônia, afirmando que agentes públicos compareceram ao local e o interditaram, em razão da inobservância de normas de higiene e salubridade, sem que existisse qualquer ordem judicial para tanto. Nesse contexto, Matheus, Defensor Público, lhe explicou que a Administração pode, de fato, executar diretamente a sua vontade, independentemente da manifestação do Poder Judiciário. Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o Defensor Público explicou a João o atributo da

atos adm. x poder de polícia

A) presunção absoluta de legitimidade do ato administrativo.

B) autoexecutoriedade do ato administrativo.

> atos diretos e coercitivos
EX.: RECOLHER AS MESAS

C) imperatividade do ato administrativo.

D) coercibilidade do ato administrativo.

E) exigibilidade do ato administrativo.

> atos indiretos e coercitivos
EX.: AMEAÇA DE MULTA

19. (FGV/DPE RO/2024) O abuso de poder está relacionado a uma conduta do agente público contaminada por ilegalidades, que podem se manifestar de diferentes formas. Dessa forma, relacione as manifestações de abuso de poder, à esquerda, com suas respectivas características, à direita.

1. Excesso de poder > CO
2. Desvio de poder > Fi
3. Omissão

Fi.

2 () O agente público atua dentro dos limites da sua competência, mas o ato não atende o interesse público, ferindo os objetivos pretendidos pela norma legal.

1 () O agente público atua sem competência, seja por sua total ausência, seja por extrapolar os limites da competência que lhe foi legalmente atribuída.

3 () O agente deixa de cumprir suas funções e responsabilidades sem justificativa plausível.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

A) 1 – 2 – 3.

B) 1 – 3 – 2.

☒ C) 1 – 1 – 3.

D) 2 – 3 – 1.

E) 3 – 2 – 1.

B 20. (FGV/SEAP BA/2024) Determinado policial penal permaneceu um dia inteiro cumprindo uma ordem legal emitida por Lucas, seu superior, com o objetivo de organizar o trabalho na repartição pública. Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a expedição de ordens legais pelos superiores é uma manifestação do poder

A) regulamentar.

B B) hierárquico.

C) normativo.

D) disciplinar.

E) de polícia.



Raphael
Spyere
Concursos Públicos



CONCURSO NACIONAL UNIFICADO



Não perca: dia
19/09, às 19
horas.

**RESOLUÇÃO DE
QUESTÕES DA FGV**

PARTE 2